

DANIEL CHIARETTI
FABIANA GALERA SEVERO

COMENTÁRIOS AO
ESTATUTO DOS
REFUGIADOS
LEI Nº 9.474/97

2

VOLUME

Coleção

LEIS ESPECIAIS COMENTADAS

Coordenação

CAIO PAIVA

2018


EDITORA
CEI

SUMÁRIO

NOTA DO COORDENADOR.....	3
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	4
1. Apresentação.....	9
2. As origens do refúgio.....	10
3. Conceito de refugiado.....	13
3.1. Refúgio e figuras afins.....	13
3.1.1. Asilo.....	13
3.1.2. Deslocados internos.....	15
3.1.3. Fluxos migratórios mistos.....	16
3.1.4. Deslocados ambientais.....	18
3.2. O reconhecimento do status de refugiado.....	19
3.2.1. Fundados temores de perseguição (inciso I).....	19
3.2.2. Refugiados apátridas (inciso II).....	24
3.2.3. Grave e generalizada violação de direitos humanos (inciso III).....	27
4. Extensão da condição de refugiado.....	34
5. Exclusão da condição de refugiado.....	38
5.1. Indivíduos que já contam com proteção por parte de outro organismo internacional (inciso I).....	39
5.2. Indivíduos que não necessitam da proteção (inciso II).....	40
5.3. Indivíduos que não merecem a proteção (inciso III).....	41
6. A Condição Jurídica de Refugiado.....	47
6.1. Os direitos e deveres dos refugiados.....	47
6.2. Dos direitos em espécie.....	51
6.2.1. Acesso a serviços públicos.....	52
6.2.2. Seguridade social.....	52
6.2.3. Acesso à justiça.....	55
6.2.4. Documentação.....	56
7. O Ingresso no Território Nacional e o Pedido de Refúgio.....	60
7.1. Do acesso imediato e universal ao procedimento de solicitação de refúgio.....	60

7.1.1. O princípio do non-refoulement.....	61
7.1.2. Detenções arbitrárias e deportações sumárias em zonas primárias de fronteira.....	63
7.1.3. Crianças desacompanhadas ou separadas.....	65
7.1.4. Exceção ao princípio do non-refoulement: refugiado perigoso para a segurança nacional.....	70
7.1.5. A proteção complementar ao refúgio.....	71
7.2. Da possibilidade de formalizar pedido de refúgio independentemente de ingresso regular no país.....	72
7.3. A formalização da solicitação de refúgio.....	73
7.4. Consequências criminais e administrativas do ingresso irregular.....	75
8. O CONARE.....	79
8.1. Das atribuições do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).....	80
8.2. Dos membros do CONARE.....	80
8.3. Organização dos trabalhos no CONARE.....	81
9. O processo de reconhecimento da condição de refugiado.....	83
9.1. Da apresentação à autoridade competente e manifestação de vontade de solicitar reconhecimento da condição de refugiado.....	84
9.2. Do procedimento de reconhecimento do refúgio propriamente dito.....	86
9.2.1. Fase preliminar.....	86
9.2.2. Fase de instauração.....	87
9.2.3. Fase de instrução.....	88
9.2.4. Julgamento.....	89
9.2.5. Recurso.....	90
9.3. A revisão judicial da decisão.....	92
10. A extradição de refugiados e solicitantes de refúgio.....	96
10.1. Da extradição.....	96
10.2. Limitações à extradição de refugiados e solicitantes de refúgio.....	97
11. A expulsão de refugiados e solicitantes de refúgio.....	100
11.1. Da expulsão.....	100
11.2. Limitações à retirada compulsória de refugiados e solicitantes de refúgio.....	101
11.3. Da proibição de expulsão coletiva.....	107

12. A cessação e a perda da condição de refugiado.....	108
12.1. Da cessação da condição de refugiado	109
12.1.1. Da reaquisição voluntária da proteção nacional	110
12.1.2. Da reaquisição voluntária da nacionalidade	111
12.1.3. Da aquisição de uma nova nacionalidade e proteção.....	111
12.1.4. Do restabelecimento voluntário no país em que temia ser perseguido ...	111
12.1.5. Nacionais cujas razões para se tornar refugiado deixaram de existir.....	112
12.1.6. Apátridas cujas razões para se tornar refugiado deixaram de existir	112
12.2. Da perda da condição de refugiado	112
12.2.1. Renúncia.....	113
12.2.2. Anulação.....	113
12.2.3. Exercício de atividades contrárias à segurança nacional ou à ordem pública	114
12.2.4. Saída do território nacional sem prévia autorização do Governo brasileiro.....	117
12.3. Da autoridade competente e do recurso contra o indeferimento do refúgio.....	117
13. As soluções duráveis.....	118
13.1. As soluções duráveis	118
13.1.1. A repatriação voluntária	119
13.1.2. A integração local.....	120
13.1.3. O reassentamento.....	122
14. Disposições finais.....	125
14.1. Da gratuidade do processo de reconhecimento da condição de refugiado	125
14.2. Da urgência do processo de reconhecimento da condição de refugiado	128
14.3. Da interpretação internacionalista ao instituto do refúgio	129
15. Obras recomendadas	131
15.1. Cinema.....	131
15.2. Literatura, filosofia e ciências sociais	132
16. Bibliografia	134

